



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681237 - MG (2021/0225402-8)

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : NIVIA SANTANA LOPES (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de NIVIA SANTANA LOPES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Agravado em execução Penal n. 1.0024-15.012652-2/001).

A paciente foi condenada às penas de 7 anos, 3 meses e 3 dias de reclusão em regime semiaberto e de 15 dias-multas, pelo cometimento do delito tipificado no art. 157, § 2º, incisos I e II, c/c os arts. 70 e 71, c/c o art. 14, II, do Código Penal.

No agravo em execução, foi determinada a regressão ao regime prisional, em decorrência de falta grave.

A impetrante afirma que (fl. 4):

Em 26/03/2019, o Juízo da Vara de Execuções Penais da comarca de Belo Horizonte/MG concedeu prisão domiciliar monitorada à paciente, mediante as condições estabelecidas no documento de Seq. 30 SEEU; e, em 29/04/2020, determinou a suspensão do benefício pelo suposto cometimento de novo crime durante o período de prova, sem, contudo, promover a regressão do regime; bem como, designou a audiência de justificação para ouvi-la. Porém, tal ato ainda não foi realizado, ante sucessivas prorrogações de suspensão das atividades de fiscalização de penas na comarca, em decorrência da pandemia COVID-19.

Alega que (fl. 11):

[...] a paciente não ficou em local incerto e não sabido. Pelo contrário, ela sempre se comprometeu com a execução de sua pena e foi encontrada quando requerida, bem como informou sobre a mudança de domicílio ao Juízo competente, de forma que não é possível afirmar que

as suas condutas tenham tido o intuito de fuga, principalmente porque ela sempre se manteve sob a vigilância estatal, bem como, conforme informado em outra oportunidade, trabalha também como motorista de aplicativo.

Aduz que, "analisando as alterações do pacote anticrime e o caso concreto em apreço, há que se falar na omissão do acordão, vez que, ante à reabilitação da falta grave, não há que se revogar o benefício, muito menos, regredir a paciente ao regime mais gravoso" (fl. 16).

Requer:

- a) Liminarmente, a concessão da ordem para determinar a suspensão do cumprimento do mandado de prisão e dos efeitos da decisão impugnada na execução nº 0126522-41.2015.8.13.0024, em curso perante o Juízo da Vara de Execuções Penais da comarca de Belo Horizonte/MG, até o julgamento de mérito desta impetração; e, por conseguinte, expedir o salvo conduto à paciente;
- b) Meritoriamente, a concessão da ordem, direta ou habeas corpus de ofício (superando a obrigatoriedade de esgotamento da instância), para invalidar a decisão impugnada e os reflexos dela decorrente se afastar a determinação de reconhecimento de falta grave; c) a concessão da ordem, para restabelecer a prisão domiciliar e revogar o mandado de prisão e a determinação de expedição do salvo conduto ou do alvará de soltura caso ocorra a prisão antes do julgamento desta impetração.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente